



Declaração do rebanho vai até dia 10 de julho

A Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi) prorrogou até o dia 10 de julho, o prazo para a Declaração Anual de Rebanho 2026. A decisão foi comunicada na segunda-feira (29).

A declaração é obrigatória para todos os produtores rurais que possuem animais de interesse da defesa sanitária animal no Rio Grande do Sul. Devem ser informados os rebanhos existentes na propriedade, incluindo bovinos, bubalinos, equinos, asininos, muares, ovinos, caprinos, suínos, aves, peixes, abelhas e outras espécies previstas na legislação estadual.

As informações são fundamentais para manter atualizado o cadastro pecuário, subsidiar as ações de vigilância sanitária e fortalecer os programas de erradicação de doenças animais.

Como fazer

Os produtores podem fazer a Declaração diretamente nas Inspetorias Veterinárias da Seapi ou de forma Online. A declaração pela internet pode ser feita em módulo específico dentro do Produtor Online (produtoronline.rs.gov.br). Para mais informações, acesse: agricultura.rs.gov.br/declaracao



Informações ajudam a subsidiar ações sanitárias

Agronegócio

Dois anos após a enchente, RS bate recorde na apicultura

Introdução de novas abelhas e floração da primavera favoreceram a safra atual

Susana Leite

Susana.Leite@gruposinos.com.br

A safra do mel no Rio Grande do Sul deu um salto de produção, atingindo 11 mil toneladas, que chama atenção não só pelo volume, mas também por representar uma retomada da apicultura após a enchente de 2024. Nos anos anteriores, o Estado produzia em torno de 9 mil toneladas. Mas neste último ciclo houve uma guinada marcada por diversos fatores, entre eles o projeto de recuperação dos rebanhos de abelhas e das colmeias depois da catástrofe climática de 2024 e pela colaboração do clima nos anos que sucederam a enchente.

Em resumo, houve uma convergência de fatores, conforme explica o vice-presidente da Federação da Apicultura e Meliponicultura do Rio Grande do Sul, Patric Luderytz. “Tivemos o fator da entrega genética, que foi essa entrega de abelha para todo o Estado, e nisso a gente conseguiu distribuir uma melhor genética para os produtores, como também um cuidado mais rigoroso dos produtores com as suas colmeias que sobram; houve também a distribuição de alimentação, de açúcar, que veio através da CNA, mais as caixas de

abelha, enxames também foram distribuídos. Tudo feito num período de quase um ano”, relata.

O empenho para recuperar a apicultura iniciou-se imediatamente aos estragos provocados pelo excesso de chuva daquele ano. Foi montada uma força-tarefa, que envolveu entidades do setor apícola e também de assistência técnica a produtores rurais, como a Emater, além de parceiros de outros estados.

A primavera de 2025, lembra Luderytz, também colaborou para a produção de mel. “Além disso tivemos uma grande enxameação”, sinaliza.

Luderytz explica que, através da doação de abelhas de outros estados, houve um ganho genético no Rio Grande do Sul, que acabou se difundindo pelo Estado. “Com isso as colônias que foram formadas através do acasalamentos entre as rainhas nativas ou ainda as rainhas que os produtores ainda tinham, com esses zangões, filhos de rainhas de boa procedência, nós tivemos uma melhor qualificação dos enxames. A gente interpreta que o conjunto de fatores acabou nos dando essa super produção e levando o Rio Grande do Sul a uma reconstrução no setor apícola”, analisa.



RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL

RS teve ganho genético com doações de abelhas

+ Chuvas prejudicaram a produção do mel

De acordo com a coordenadora estadual de Apicultura e Meliponicultura da Emater/RS-Ascar, Laila Ribeiro Simon, a safra 2024/2025 teve uma produção aproximada de três mil toneladas de mel apenas, em virtude de todos os eventos climáticos que impactaram o setor. “Neste ano, além de uma safra acima do esperado, que seria a condição de retomada,

temos o diferencial em qualidade e composição florística do mel produzido no Estado, com características peculiares”, ressalta Laila. Mesmo com a qualidade do produto, o Brasil está abaixo da média mundial de consumo de mel per capita. Por isso, a coordenadora acredita que há um potencial a ser explorado do mel como alimento, além da sua característica medicinal.

Processo de recuperação das abelhas

Nas regiões mais atingidas pelas enchentes de 2024, a Emater/RS-Ascar vem trabalhando em ações coletivas para a recuperação, junto às associações de produtores de mel. No Vale do Rio Pardo e no Vale do Taquari, há um projeto em andamento com a cooperativa dos apicultores, com previsão de serem aportadas mais de mil novas colmeias com recursos do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (Feaper).

De acordo com o extensionista rural de Santa Cruz do Sul, Wilson Pitton, o projeto irá beneficiar 70 apicultores de 14 municípios da região que nas enchentes de 2024 perderam todas as suas caixas de abelhas localizadas nas áreas baixas, e outros irão aumentar o volume de produção para a atividade ficar mais rentável. O recurso será para aquisição de colmeias tipo Langstroth com uma melgueira cada.

Melíponas entram na declaração anual do rebanho

Em 2026, a Declaração Anual de Rebanho passou a contar com informações específicas para a meliponicultura, possibilitando identificar e quantificar de forma mais precisa as criações de abelhas sem ferrão existentes no Estado. Essa atualização representa um avanço para o setor, pois permitirá conhecer melhor a dimensão da atividade e sua distribuição nos municípios gaúchos. O prazo para entrega da Declaração vai até 10 de julho.

De acordo com a coordenadora de Defesa Sanitária Animal da Emater/RS-Ascar, Thais Michel, as abelhas sem ferrão possuem grande importância ambiental, especial-

mente pela contribuição à polinização de espécies nativas e cultivadas. “Além disso, a meliponicultura vem crescendo nos últimos anos, despertando interesse de agricultores, meliponicultores, escolas, instituições e pessoas que atuam na conservação da biodiversidade”, afirma.

Para que as informações possam ser declaradas, é necessário que a atividade de meliponicultura esteja cadastrada na ficha de produtor junto à Seapi. Como essa categoria passou a ser registrada de forma específica neste ano, muitos criadores precisarão solicitar previamente a inclusão da atividade junto à Inspetoria Veterinária de seu município.



Informações possibilitam identificar e quantificar as criações de abelhas